



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09/11/2015**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 28**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 09/11/2015**

**ATA Nº 28**

----- Aos nove dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 26 de outubro de 2015 foi aprovada por unanimidade. -----

**I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES**

**II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2 - DIVISÃO FINANCEIRA**

**2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA**

**2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 05 de novembro de 2015, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 888.997,10 € (oitocentos e oitenta e oito mil novecentos e noventa e sete euros e dez cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 344.169,80 € (trezentos e quarenta e quatro mil



## **MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**

### **CÂMARA MUNICIPAL**

cento e sessenta e nove euros e oitenta centimos), num total de 1.242.892,05 € (Um milhão duzentos e quarenta e dois mil oitocentos e noventa e dois euros e cinco centimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### **2.1.2 - GAL-ELOZ. Entre Serra da Lousã e Zêzere - Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça - PRODER - Ação 351 - Pedido de Comparticipação, no âmbito da gestão do GAL - ELOZ;**

----- Foi presente um ofício da GAL-ELOZ. Entre Serra da Lousã e Zêzere - Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça, a solicitar o pagamento da importância de 737,09 € (setecentos e trinta e sete euros e nove centimos) respeitante a comparticipação que cabe ao Município de Pampilhosa da Serra, dos valores não elegíveis apurados no âmbito da gestão do GAL - ELOZ, Programa PRODER - ação 351.

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### **3 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA**

#### **3.1 - SECÇÃO DE ÁGUAS**

##### **3.1.1 - Comissão de Melhoramentos de Ponte-Fajão - Exploração de água em Ponte-Fajão**

----- Foi presente uma carta de Comissão de Melhoramentos de Ponte-Fajão, a dar conhecimento da deliberação tomada na Assembleia Geral daquela coletividade, realizada em 16 de agosto de 2015, na qual ficou decidido entregar a exploração de água de Ponte-Fajão à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### **3.2 - SECRETARIA**

##### **3.2.1 - Grupo Desportivo Pampilhosense - Festa no Estádio Municipal - 07-11-2015 - Licenciamento do espetáculo - Ratificação de isenção de taxas**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a autorização de isenção de taxas referentes ao licenciamento do evento em epígrafe, levado a efeito no Estádio Municipal no dia 07-11-2015, pelo Grupo Desportivo Pampilhosense, tendo em consideração a Informação emitida pelos Serviços de Secretaria, e de acordo com o Regulamento Geral de Taxas Municipais.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

#### 3.3.1 - PEFICA - Associação de Municípios - Proposta do Sr. Presidente da Câmara

----- Considerando que a PEFICA - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS foi constituída entre os Municípios de Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira se Pêra, -----

----- Que, mercê da constituição da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, à qual aderiram os quatro municípios referidos, foi deliberado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de Pampilhosa da Serra, através de deliberações datadas, respetivamente, de 23 de fevereiro de 2009 e de 28 de fevereiro de 2009, extinguir aquela associação, uma vez que a Comunidade Intermunicipal passaria a prosseguir as atribuições estatutárias e a missão da associação PEFICA - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS; -----

----- Que nunca chegou a ser outorgada a escritura pública de dissolução da PEFICA - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS, por se terem constatado a existência de algumas situações pendentes que obstaram à concretização imediata de tal desígnio, conduzindo ao seu adiamento, designadamente a detenção pela PEFICA de uma participação social de 0,15%, correspondente a 1002 ações, na empresa MUNICIPIA- Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. pelo que esta mantém a sua existência legal e personalidade jurídica; -----

----- Que os Presidentes da Câmara Municipal dos quatro Municípios entenderam, em diversas reuniões ocorridas, subsistirem as razões de manutenção da atividade da PEFICA - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS, com o objetivo de encetarem projetos e atividades em comum, com economia de meios financeiros, de pessoal e de custos, por forma a desenvolverem as atribuições legais destas autarquias locais. Entendendo-se, outrossim, que a melhor solução seria dar sem efeito as deliberações de extinção da PEFICA tomadas pelas assembleias municipais dos associados, revogando-as, de modo a que esta associação retome a posse plena das suas capacidades jurídicas. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nesta sequência, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal aprove e submeta à Assembleia Municipal, para aprovação: -----

----- a) a revogação da deliberação de extinção da PEFICA, com efeitos à data em que foi tomada (28/02/2009), ao abrigo do disposto nos artigos 165º, nº 1 e 171º, nº 1 do CPA, por se terem gorado os pressupostos da sua realização, por razões de conveniência e esta se mostrar favorável aos interessados, nomeadamente permitindo à PEFICA a assunção da sua capacidade jurídica. -----

----- b) Que se proceda à venda das ações da Município detidas pela PEFICA, mesmo que por preço diminuto (0,01 € por ação) evitando assim ulteriores perdas e onerações com esta entidade, face ao regime legal vigente para o setor empresarial local. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação: -----

----- a) a revogação da deliberação de extinção da PEFICA, com efeitos à data em que foi tomada (28/02/2009), ao abrigo do disposto nos artigos 165º, nº 1 e 171º, nº 1 do CPA, por se terem gorado os pressupostos da sua realização, por razões de conveniência e esta se mostrar favorável aos interessados, nomeadamente permitindo à PEFICA a assunção da sua capacidade jurídica. -----

----- b) Que se proceda à venda das ações da Município detidas pela PEFICA, mesmo que por preço diminuto (0,01 € por ação) evitando assim ulteriores perdas e onerações com esta entidade, face ao regime legal vigente para o setor empresarial local. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.3.2 - Protocolo de Colaboração Institucional**

##### **- CPM - Cooperativa Portuguesa de Medronho, crl**

#### **Informação do Sr. Presidente**

----- Considerando: -----

----- O reconhecido interesse público na dinamização das atividades agrícolas e silvícolas em Portugal, -----

----- O histórico papel das entidades cooperativas na organização do setor primário, -----

----- Que a cultura do medronheiro é uma espécie autóctone que apresenta três funções fundamentais: agrícola, florestal e ambiental, -----

----- Que, enquanto cultura agrícola, o medronhal produz o medronho que é um pequeno fruto vermelho por excelência e com elevado potencial na indústria alimentar, cosmética, ornamental, etc., -----

----- Que, em Portugal, o medronhal é também responsável pela manutenção da



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

biodiversidade,-----

----- Que, enquanto cultura silvícola, o medronheiro desempenha um papel fundamental na proteção florestal como medida preventiva no combate aos riscos de incêndios, -----

----- Que o medronho é um recurso natural da região e que no concelho de Pampilhosa da Serra a plantação de medronheiros assume uma dimensão considerável, sendo crescente o número de pessoas, de *per si*, através de empresas ou cooperativas, sedeadas no concelho, que apostam na produção, transformação e comercialização do fruto e seus produtos; -----

----- A importância que o medronheiro assume ao nível do património etnobotânico do concelho; -----

----- Que as ações previstas no âmbito da cooperação ora encetada têm carácter eminentemente pedagógico e que poderão constituir uma mais-valia para o desenvolvimento das atividades económicas concelhias relacionadas com a produção, transformação e comercialização do medronho e seus subprodutos, cujo interesse municipal não pode deixar de ser reconhecido; -----

----- Que constituem atribuições do Município de Pampilhosa da Serra a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da promoção do desenvolvimento, nos termos do disposto no artigo 2º e al. m), nº 2 do artigo 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado no anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (atenta a sua atual redação); -----

----- E que estabelece a al. ff) do nº 1 do artigo 33º do citado Regime Jurídico que à Câmara Municipal compete "*promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal*", competência esta que me foi delegada, por deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal realizada em 15/10/2013; -----

----- E na sequência de reunião havida com a CPM - Cooperativa Portuguesa de Medronho, srl, no uso da já referida competência delegada na reunião da Câmara Municipal de 15/10/2013, tenho a honra de informar a Câmara Municipal que irá ser celebrado um Protocolo de Colaboração Institucional com aquela entidade, que visa estabelecer bases de cooperação em matérias de interesse comum, designadamente em domínios técnicos, científicos e pedagógicos no âmbito da fileira do medronheiro, o qual não envolve custos financeiros para a autarquia, e de cujo teor se dá conhecimento ao Órgão Executivo Autárquico. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

### 3.3.3 - Afetação ao Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno com 180, 34 m2, pertencente ao artigo U-567 da freguesia de Janeiro de



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### Baixo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob o nº 1162

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência do requerimento apresentado neste Município em 19/10/2015 (reg. 378/2015), subscrito por António Sérgio Brito Martins, Solicitador, com domicílio profissional na Rua Rangel de Lima, na vila, freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra, em representação de: António Martins Fernandes Lopes, contribuinte fiscal nº 153 028 360, residente na Rua Fonte Velha, 9, na localidade de Rinchoa, freguesia de Rio de Mouro, Concelho de Sintra e de, Anselmo Brito Santos Gaspar, contribuinte nº 153 306 629, residente na Rua Morais Soares, 136 – 1º Esqº, freguesia de São Jorge de Arroios, concelho de Lisboa, cumpra estes serviços informar que: -----

----- Em conformidade com os elementos existentes nesta Câmara, tendo em consideração toda a documentação remetida pelos Serviços Técnicos de Obras Particulares deste Município, a qual se anexa à presente, os mesmos concluíram que, dos elementos apresentados e dos constantes no processo nº 3/2014 referente à constituição em regime de propriedade horizontal, constatou-se que dos 529 m2 do prédio Urbano supra identificado, 286,79 m2 encontram-se afetos à implantação do edifício e 61,87 m2 a logradouro privativo, **tendo os 180,34 m2 remanescentes, sido integrados no domínio público para espaços de circulação.** -----

----- Assim, com vista à regularização de tal situação, junto das entidades competentes, sugere-se que a Câmara Municipal ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09, atentas as alterações subsequentes em vigor), proponha à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação daquela parcela de terreno ao domínio público municipal, nos termos da alínea q) do nº 1 do artigo 25º, do diploma supra referido.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3.3.4 - Proposta de celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Pampilhosa da Serra e a ACOP - Associação de Consumidores de Portugal para implementação de Gabinete de Apoio ao Consumidor

----- Tendo dado entrada nos Serviços da Autarquia (com reg. Nº 4716, de 20/10/2015) um E-mail, cuja cópia se anexa, onde a ACOP - Associação de Consumidores de Portugal informa que se encontra a desenvolver um projeto de constituição de Gabinetes de Apoio ao Consumidor em 7 municípios, financiado pela Direção-Geral do Consumidor, e propõe a celebração de um Protocolo de Colaboração com esta Autarquia, para



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

implementação do mesmo. O referido Protocolo tem por objeto a cooperação entre as duas Instituições, nos domínios da informação e proteção ao consumidor, no quadro das atividades em prol dos interesses e direitos dos consumidores que mister é desenvolver. -

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do conteúdo do protocolo em apreço e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.3.5 - Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município e a DGEstE - Curso Técnico Instalador de Sistemas Eólicos**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do Despacho de V.Exª de 23/10/2015, cumpre informar: -----

----- O Protocolo de Cooperação supra, foi celebrado em 26/02/2015, com vista à implementação de medidas de apoio aos formandos que frequentaram o Curso Técnico Instalador de Sistemas Eólicos e que carecessem de alojamento na Residência de Estudantes d Pampilhosa da Serra. -----

----- Tendo em conta que o encerramento do dito curso ocorreu no pretérito dia 09/10/2015 e que, nessa sequência, o Sr. Diretor da Residência de Estudantes remeteu ao Município uma listagem na qual consta a identificação dos formandos, o período de alojamento (efetivo) dos mesmos na dita Residência de Estudantes e os valores imputados ao Município no montante total de 4.716,20 €; -----

----- Considerando que a referida listagem foi devidamente conferida pelos Serviços de Educação da Autarquia; -----

----- Atento o disposto no n.º 2.1 da Cláusula 3ª do referido Protocolo, no qual se prevê que a Câmara Municipal se compromete a “... proceder à transferência de verba no valor previsional de (até) 11.318,94 € para a DGEstE...” -----

----- Tendo em conta que a DGEstE tem a sua situação contributiva e tributária regularizada, parecem estar reunidos os pressupostos, decorrentes do Protocolo celebrado, para se efetuar a transferência da verba supra referida no montante de 4.716,20 €. -----

----- Face ao exposto, anexa-se cópia do Protocolo em causa, bem como certidões emitidas pelo Serviço Segurança Social Direta e pelo Serviço de Finanças de Lisboa - 8, a remeter à Divisão Financeira, deixando-se à consideração de V.Exª o pagamento da verba em causa à DGEstE.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a DGEstE o montante de 4.716,20 €. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 4- DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

##### 4.1 GABINETE FLORESTAL

##### 4.1.1 – Alteração do Contrato de Arrendamento celebrado entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Oryzon Energias, S.A.

- Foi presente uma informação do Gabinete Florestal, do seguinte teor: -----
- “ Considerando que, a Oryzon Energias S.A. faz a gestão florestal de várias propriedades do Município de Pampilhosa da Serra, nomeadamente o prédio rústico composto de pinhal e mato, sito na Cabeça Gorda e o prédio rústico composto de cultura arvense, pastagem, pinhal e matos, sito na Barroquinhos e Vale Seiboso; -----
- Considerando que, o contrato de arrendamento existente, tem em vista o aproveitamento dos diversos espaços florestais, apostando na sustentabilidade dos mesmos através da utilização de espécies florestais de elevada qualidade que proporcionem rentabilidade ao Município. O Contrato teve início a 1 de junho de 2010 e vigorará pelo período de 30 anos; -----
- Considerando que, a Oryzon Energias informou o Município que as operações previstas no planeamento do Plano de Gestão Florestal não foram realizadas atempadamente, devido a dificuldades técnicas, solicitam, uma adenda ao contrato de arrendamento que prolongue o prazo do mesmo até 2045. -----
- Tendo como fundamento os três considerandos apresentados e sendo a Oryzon Energias um grupo que sempre colaborou com o Município de Pampilhosa da Serra, aquando solicitado, julgo ser pertinente fazer a alteração desejada pela Oryzon Energias S.A.-----
- À consideração superior.” -----
- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar a competente Adenda. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 5 - DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

##### 5.1 - GABINETE DE PROJETO

##### 5.1.1 - GRZ - Grande Rota do Zêzere

- Pedido de reembolso de despesas



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Projeto, a comunicar que, concluída que foi a empreitada da Grande Rota do Zêzere, incluída na operação com mesmo nome, aprovada pelo QREN/Mais Centro/PROVERE - "Rede das Aldeias do Xisto", de acordo com o contrato e protocolo subscrito pelos Municípios aderentes, vem o município de Figueiró dos Vinhos, através de mail, datado de 02 de novembro de 2015, com registo de entrada no Município com o número 4928 e, enquanto líder e dono de obra do consórcio constituído para o efeito, solicitar o reembolso do valor correspondente à Revisão de Preços Provisória (esta revisão é provisória porque ainda não foram publicados todos os índices), nos termos e conforme documentação em anexo, sendo que compete ao Município de Pampilhosa da Serra transferir o valor de 1.097,97 €. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade, transferir para o Município de Figueiró dos Vinhos, a importância de 1.097,97 €. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 5.2 - OBRAS PARTICULARES

##### 5.2.1 - Pedido de Isenção de taxas

##### - Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A

----- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---

----- "A Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A., com o contribuinte nº 502 544 180, com sede na Av. D. João II, Lote 1.04.01, Parque das Nações, 1998-017 Lisboa, apresentou nos serviços do Município em 29 de outubro de 2015, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 da cláusula 3ª do Protocolo de parceria estabelecida entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A., para instrução de um pedido de isenção total de taxas, os documentos previstos nas alíneas a) e b) do nº 2 do artº 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, por força da alínea f) do nº 1 do artº 8º do referido regulamento, referente à autorização Municipal para instalação de infraestruturas de suporte de estação de radiocomunicações e respetivos acessórios PPS 21055 em Porto da Balsa. -----

----- Ora, de acordo com o que dispõe a alínea f) do nº 1 do artº 8º do RGTM "As demais pessoas singulares ou coletivas quando esteja em causa a prática de atos ou factos que propiciem, comprovadamente, a criação de emprego, o desenvolvimento económico, cultural e social do concelho ou a concretização de ações de manifesto interesse público municipal", podem beneficiar da isenção total ou parcial do pagamento das taxas municipais. -----

----- Pelo exposto, e face ao âmbito do protocolo celebrado em 10/04/2015, considera-se que a Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A., se encontra abrangida pelos condicionalismos previstos no articulado do respetivo Regulamento, podem beneficiar de isenção total, desde que seja essa a vontade do Município. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- *Assim propõe-se que seja deliberado quanto ao tipo de isenção a conceder.* -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar totalmente a Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A., do pagamento das taxas municipais. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **5.2.2 - Pedido de Isenção de taxas**

##### **- Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro**

----- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---  
----- *"A Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, com o contribuinte nº 500 864 519, com sede na Av. José António Areosa, nº 1, na localidade e freguesia de Pessegueiro, apresentou nos serviços do Município em 02 de novembro de 2015, ao abrigo do disposto no nº 2, do artigo 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, por força da alínea c) do artº 8º do mesmo RGTM, um pedido de isenção de taxas, para futura apresentação nestes serviços de obras particulares do processo de licenciamento de obras e autorização de utilização e requer ainda os extratos do PDM, carta militar, documentos instrutórios ao processo de licenciamento de obras.---*  
----- *Ora, de acordo com o que dispõe a alínea c) do nº 1, do artº 8º do RGTM "As pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, associações humanitárias, religiosas, culturais, recreativas, desportivas e sociais e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas, pelos atos e factos que se destinem à realização dos seus fins estatutários", podem beneficiar da isenção total ou parcial do pagamento das taxas municipais.* -----  
----- *Pelo exposto, considera-se que a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, se encontra abrangida pelos condicionalismos previstos no articulado do respetivo Regulamento e podem beneficiar de isenção total ou parcial, desde que seja essa a vontade do Município.* -----  
----- *À consideração superior.* -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar totalmente a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro do pagamento das taxas municipais. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **5.3 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS**

##### **5.3.1 - Telemetria\_Constituição de agrupamento de entidades adjudicantes**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----
- *“Em reunião de Câmara de 14 de setembro de 2015, foi deliberado integrar o agrupamento de entidades adjudicantes para aquisição e instalação de um sistema de telemetria em diversas áreas geográficas das entidades envolvidas. -----*
- *Em 28/10/2015, através do ofício com a refª B15061801K datado de 22/10/2015, a Águas de Coimbra, E.M. informou que, perante as dificuldades demonstradas por alguns Municípios, o consórcio de entidades adjudicantes não se iria constituir. -----*
- *Assim e face ao deliberado na reunião de Câmara de 14 de setembro de 2015 e ao ora transmitido pela empresa Águas de Coimbra, E.M, é necessário revogar a decisão tomada, já que o agrupamento de entidades adjudicantes não será constituído. -----*
- *À consideração superior.” -----*
- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, revogar a decisão tomada sobre o assunto em apreço, na reunião ordinária realizada no dia 14 de setembro de 2015. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## 6 - DIVISÃO SÓCIO CULTURAL E EDUCATIVA

### 6.1 - EDUCAÇÃO

#### 6.1.1 - Bolsas de Estudo Ensino Superior - 2015/2016

- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----
- *“No seguimento das candidaturas para atribuição de bolsa de estudo a alunos do concelho que ingressem no Ensino Superior 2015/2016 e no âmbito do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo publicado em Diário da República 2ª Série - nº 238 de 10 de dezembro 2008, vimos, por este meio, remeter 3 candidaturas apresentadas por jovens residentes no concelho de Pampilhosa da Serra. -----*
- *Assim, e tendo em conta a reunião da Comissão de Análise das Bolsas de Estudo, cumpre-nos informar que apenas duas reúnem os critérios definidos em Regulamento, encontrando-se por isso, em conformidade tendo, em consequência, um parecer favorável. -----*
- *Uma das candidaturas não reúne os critérios definidos em Regulamento, dado que o jovem estudante não provou o ingresso no Ensino Superior, tendo atestado apenas a sua inscrição em cadeiras isoladas, como aluno externo, no Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Saúde. -----*
- *Junto se envia listagem na qual constam dados relativos aos candidatos e respetivos valores a serem atribuídos a cada um (dos candidatos que reúnem os critérios definidos), bem como uma -----*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*cópia da ata da Comissão de Análise.* -----

*À consideração superior."* -----

Nº	Nome	Morada	Nota Ing.	Curso	Univ.	Valor a pagar
2	Jorge Filipe Jesus Fernandes	Janeiro de Baixo	14,8	Estudos Artísticos	Faculdade de Letras Univ. Coimbra	900,00 €
3	Inês Sofia Marques dos Santos Machado	Pamp. Serra	12,7	Ciências da Educação	Faculdade de Psicologia Univ. Coimbra	750,00 €

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 6.2 – AÇÃO SOCIAL

#### 6.2.1 – Protocolo para integrar a Rede de Municípios Solidários

----- Foi presente uma informação do Serviço de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “No âmbito do Protocolo de Cooperação assinado entre o Governo e ANMP, que criou a Rede de Municípios Solidários com as vítimas de violência Doméstica, foi proposto ao Município de Pampilhosa da Serra aderir ao Protocolo para integrar a Rede de Municípios Solidários. -----

----- Esta adesão implica o compromisso de incluir as vítimas de violência doméstica entre as prioridades, seja na atribuição de fogos de habitação social, arrendamento a baixo custo, ou através dos serviços de ação social à prestação de apoio às vítimas de violência doméstica na procura de habitação no mercado de arrendamento local e apoiar o processo de autonomização e construção de uma nova vida em segurança. -----

----- A adesão é formalizada em formulário que será remetido à ANMP (em anexo).” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. --

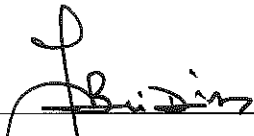
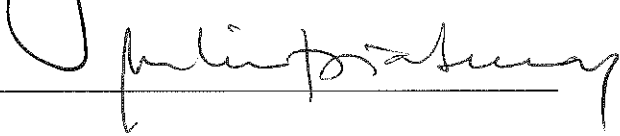
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

***ENCERRAMENTO***

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_